ESTRUTURA AGRÁRIA NO CEARÁ (USO E DISTRIBUIÇÃO DE TERRA)

F. ALVES DE ANDRADE

Os dados resultantes da apuração do censo agrícola de 1960, parcialmente divulgados, fornecem alguns elementos que poderão servir de cotejo ou comparação com os censos anteriores, aliás importantes para a análise da estrutura agrária no Ceará.

Extensão das atividades agropecuárias

O último censo registra, no Ceará, 122.834 estabelecimentos agrários contra 86.690 em 1950, 93.382 em 1940 e 16.223 em 1920.

A área total ocupada por êsses imóveis foi em 1960 11.398.609 hectares contra 10.200.877 em 1950; 8.605.954 em 1940 e 5.694.677 em 1920.

De relance, observa-se não só a divisão da propriedade agrária, mas a bem maior ocupação do solo, o que é natural, em face do crescimento demográfico e da lavoura extensiva à base da utilização de terras novas.

Ocupação territorial agrária

A taxa de ocupação de terra, percentagem da área ocupada pelos estabelecimentos em relação à superfície territorial do Estado, foi 77% em 1960, contra 69% aproximadamente em 1950, 57% em 1940 e 38% em 1920.

Houve, em relação à ocupação da terra, um incremento percentual de 11,7% no período de 1950/1960, contra 18,5% no período de 1940/1950 e 53,3% no período da maior extensão, a saber, de 1920/1940.

Todavia, se analisarmos a situação no decorrer dos últimos 40 anos entre o censo de 1920 e o de 1960, verificamos que o crescimento percentual no período foi 101,7%, o que daria um crescimento percentual médio anual de 2,5%.

Considerando-se que a população do Estado era, em 1920, 1.319.228 habitantes, tendo alcançado em 1960 3.337.856, segue-se que, enquanto o incremento percentual demográfico foi no período em aprêço 153%, o crescimento percentual em relação à ocupação da terra foi 101,7%, o que vale dizer: enquanto o crescimento percentual da população foi 3,8% por ano, a ocupação da terra pela propriedade agrária foi em tôrno de 2,5%.

Em números absolutos, o avanço da ocupação da terra foi, entre 1920 e 1960, de 142.548 hectares por ano no Ceará.

O número de estabelecimentos aumentou consideràvelmente no período de 1920/1940: 77.159 unidades a mais, diminuindo no período de 1940/1950: 6.692 estabelecimentos a menos; voltou a aumentar no período de 1950/1960: 36.144 unidades a mais.

Anote-se que a diferença no período 1920/1940 deve ser considerada com reserva, pois, no censo de 1920, não foram arrolados como estabelecimentos os pequenos sítios da zona rural, as hortas e chácaras das zonas urbanas e tampouco as propriedades abaixo de 500$000 em valor.

Todavia, tudo indica que havia um acelerado ritmo de ocupação da terra em novas áreas em todo o País, em virtude do movimento inicial de industrialização, da abertura de estradas, desenvolvimento do comércio e de mercados para os produtos agrícolas.

A divisão da propriedade resulta espontâneamente.

Subdivisão da propriedade agrária

A área média dos estabelecimentos agrários cearenses, nos quatro censos comparativamente examinados, revela-se com os seguintes resultados: em 1920, a propriedade média era 348,3 hectares; em 1940 baixou para 92,2 hectares; em 1950 subiu para 117,7 hectares e em 1960 reduziu-se a 92,8 hectares.

Interpretados êstes dados, embora com uma certa reserva, conclui-se que:

a) entre 1920 e 1940, verifica-se um movimento de fragmentação da propriedade agrária;
b) no período de 1940 a 1950, observa-se um movimento de aglutinação;
c) no último período, de 1950 a 1960, volta-se ao processo de fragmentação.

No primeiro período intensifica-se o processo de transmissão de imóveis rurais: as grandes propriedades, durante os vinte primeiros anos, subdividem-se, quer por direito sucessório, quer por contrato de compra e venda. Desenvolvem-se as culturas de exportação que permitem ao homem adquirir a terra por relativos preços a seu alcance.

O segundo período caracteriza-se por um movimento contrário: pequenas propriedades são absorvidas talvez pelos donos das maiores, numa tentativa de reemparcelamento. Observe-se que, a partir de 1940, a carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil começa a operar e vai pouco a pouco estendendo a rêde do crédito bancário oficial com garantias reais ou pessoais dos donos das terras, que têm assim aumentada a sua capacidade aquisitiva.

Por outro lado, a sêca de 1942 veio desorganizar a vida rural e desvalorizar a terra. Muitos venderam as suas glebas por baixos preços e emigraram.

No último período, volta a propriedade agrária a subdividir-se. O médio e o pequeno proprietário encontram algum apoio no crédito bancário. A pequena açudagem que muito se desenvolveu no Ceará, neste período, deu estabilidade à média e pequena propriedade. Por sua vez, a grande propriedade continuou a subdividir-se por direito sucessório. Os pequenos açudes, construídos em alguns riachos de terras sêcas, constituíram-se em outros tantos núcleos que garantiram a subdivisão da terra e a sobrevivência da pequena e média propriedade agrária.

A agricultura, especialmente o cultivo do algodão mocó, bem assim dos cereais, logrou maior expansão sobretudo nesta última fase da expansão do setor urbano, carecido sempre de alimentos.

O número de pessoas permanentemente ocupadas nos estabelecimentos agrários alcançou em 1960 816.720 pessoas, 24,5% da população do Estado, contra 498.803 em 1950, 18,5% das pessoas recenseadas então, num total de 2.695.450 habitantes.

Não é possível tentar um rigoroso cotejo dos censos de 1940 e 1950, entre os resultantes do pessoal ocupado nos estabelecimentos. A diferença de critérios adotados em um e outro censo para a coleta de dados prejudica um pouco a comparação. Todavia, é bom referir a situação existente.

A média de pessoas ocupadas por estabelecimento foi em 1960 6,6 contra 5,8 em 1950 e 7,6 em 1940.

Relação = tratores, arados, área cultivada

Em 1960, o Ceará se apresentou no Brasil como a área mais carecida de arados e tratores em relação à superfície cultivada.

O Estado possuía então 0,2 tratores e 0,8 arados por 1.000 hectares cultivados, abaixo da média do Nordeste com 0,3 tratores e 2,2 arados por 1.000 hectares de lavoura. Enquanto isso, a região Leste oferecia 1 trator e 14,6 arados por 1.000 hectares cultivados. O Sul dispunha de 3,8 tratores e 67,2 arados por 1.000 hectares cultivados. O Estado de São Paulo, porém, apresentava-se com 5,6 tratores e 57,6 arados por 1.000 hectares de lavoura e isto explica em parte também porque São Paulo cultiva, aproximadamente, segundo o censo, 25% da área ocupada pelos imóveis agrários, enquanto o Nordeste cultiva 15%, o Sul 22% e o Ceará 14%.

A terra não pode ser tôda cultivada sòmente com os braços humanos. Rigorosamente, não há só falta de terras, há, sobretudo, falta de máquinas para muitos, uma vez que estas tornaram-se caríssimas, fora do alcance da capacidade aquisitiva do pequeno e do médio agricultor.

O número de estabelecimentos abaixo de 100 hectares era em 1950 76,7%; em 1960, atinge a 82% dos imóveis agrários cearenses. Êstes pequenos e médios agricultores trabalham 45,6% da área cultivada do Estado.

São êles os que vendem o algodão na fôlha por preços abaixo dos mínimos fixados pelo Govêrno.

O crédito agrícola para êles é muito limitado. E a sua capacidade aquisitiva está muito longe de alcançar os preços proibitivos das máquinas e tratores agrícolas no Brasil.

M I N I F Ú N D I O S

Entre 1950 e 1960 cresceu o número de minifúndios, uma vez que as propriedades abaixo de 5 hectares, de 12% que eram sôbre o total no censo anterior, passaram a 16% no censo de 1960.

Aumentou o número de propriedades abaixo de 10 hectares: 22,6% em 1950, para 28,2% em 1960. O crescimento em número dêstes estabelecimentos verifica-se nas classes abaixo de 50 hectares.

Grupos característicos segundo o destino da exploração

Conforme o destino da exploração, os estabelecimentos agrários no Ceará poderão ser classificados em quatro tipos:

a) **propriedades especialmente dedicadas à lavoura.** Mais freqüentemente enquadram-se neste grupo os estabelecimentos abaixo de 50 hectares;
b) **propriedades mistas de lavoura e de criação, predominando a lavoura sôbre a criação.** Enquadram-se neste grupo os estabelecimentos acima de 50 hectares até 500;
c) **propriedades mistas de criação e lavoura, predominando a criação sôbre a lavoura.** Estão estas em geral acima de 500 hectares até 5.000.
d) **propriedades especialmente pastoris, dedicadas quase que exclusivamente à criação.** Em geral, assim se caracterizam os estabelecimentos acima de 5.000 hectares.

O Ceará possuía, por ocasião do censo de 1960, 82.741 estabelecimentos agrícolas do primeiro grupo, abaixo de 50 hectares, isto é, especialmente dedicados à lavoura, cobrindo uma área de 1.346.266 hectares, os quais representam 67,4% do número total das propriedades agrárias cearenses. Ressalte-se que estas pequenas propriedades cultivam 35,5% da respectiva área.

Os seus possuidores, porém, pode-se dizer que, em razão do seu reduzido patrimônio fundiário, têm baixa capacidade aquisitiva. Cultivam a terra com os seus próprios braços.

Neste setor está o maior número de agricultores do Ceará, em geral desassistidos, vendendo o que produzem por preços mesquinhos.

As propriedades de exploração mista, predominando a lavoura, isto é, as do segundo grupo, compreendidas entre 50 a 500 hectares, são em número de 35.589 (29,8%), e cobrem uma área de 5.054.992 hectares. São menos cultivadas do que as primeiras, pois cultivam 16,3% da sua superfície.

As propriedades mistas de lavoura e criação, predominando a criação sôbre a lavoura, têm a área de 500 a 5.000 hectares. São em número de 3.338, (2,7%), cobrindo, porém, uma superfície de 3.769.588 hectares, 34% do território agrário cearense. Dada a sua natureza, sendo mais aproveitados pela criação, cultivam apenas 7,6% do seu território.

Finalmente, o grupo de estabelecimentos especialmente pastoris, dedicados quase exclusivamente à criação, integra no Ceará 94 propriedades, cobrindo uma área de 1.129.257 hectares, o que significa 10% aproximadamente da área ocupada pelas propriedades agrárias no Ceará. A área de lavoura neste setor é muito baixa, atingindo aproximadamente a 4% da superfície ocupada pelas respectivas propriedades.

Aspectos regionais da ocupação da terra

Nas doze zonas fisiográficas do Ceará, verifica-se haver aumentado o número de propriedades agrárias.

A zona do litoral tinha, em 1950, 13.944 estabelecimentos; em 1960, o Censo encontra 20.757. A zona do sertão central tinha, em 1950, 7.020, passando, em 1960, a 12.510.

A zona do sertão centro-norte tinha, em 1950, 10.972 e, em 1960, passou a ter 14.816. A zona do sertão do sudoeste contava, em 1950, com 6.666, e subiu em 1960 o número de propriedades para 9.161. O sertão do Baixo Jaguaribe tinha, no Censo anterior, 9.008 estabelecimentos e, em 1960 o seu número atinge a 11.676.

O Médio Jaguaribe pouco aumentou, pois, de 2.085, passou em 1960 para 2.554.

Muito aumentou o sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, que, de 13.072 propriedades em 1950, passou a ter, em 1960, 19.204.

A zona do Araripe, de 2.689, passou, em 1960, a 3.967.

A zona de Baturité tinha, em 1950, 3.259 e, em 1960, atingiu a 5.203.

A zona da Ibiapaba, de 6.984 em 1950, chegou a 1960 com 7.757 estabelecimentos. A zona de Pereiro tinha 1.331 em 1950 e recenseou, em 1960, 2.722. Finalmente, a zona do Cariri teve um crescimento bem maior, passando de 9.660 em 1950, a 12.507, no último Censo.

Examinada a situação nas diferentes zonas fisiográficas, observa-se que a propriedade parece mais fragmentada na zona do sertão do Baixo Jaguaribe, onde a área média dos estabelecimentos era, em 1940, 63,5 hectares; em 1950 aumentou um pouco para 65,2, baixando em 1960 para 43,3 hectares. Em seguida, vem a zona do Cariri, onde a área média dos imóveis agrários era, em 1940, 61,5 hectares, descendo em 1950 para 52,7 e em 1960 para 45,6. Em terceiro lugar, vem a zona do sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, em que a propriedade agrária era, em 1940, 76,6 hectares; em 1950, 86,6 e, em 1960, 56,5.

Ressalte-se que tôdas estas zonas são dedicadas, predominantemente, à lavoura e nelas a área cultivada teve acentuada expansão. Assim, no sertão do Baixo Jaguaribe, a área cultivada era, em 1950, 9,4% da área dos estabelecimentos, passando, em 1960, a 20,6%. Na zona do Cariri, a área cultivada passou de 13,1% a 20,5, e, na terceira, a área de lavoura, que era de 16,6% em 1950, passou, em 1960, a 25,1% da área ocupada pelas propriedades agrárias.

Nos sertões de exploração mista predominantemente pastoris, abrangendo as áreas mais sêcas, os estabelecimentos agrários revelam, também aí, tendência à subdivisão, embora os estabelecimentos tenham área média bem maior.

É no sertão do sudoeste que a área média dos estabelecimentos, segundo o último Censo, revela-se maior do que nas demais zonas fisiográficas do Estado, com 177,5 hectares. Vem depois o sertão do Médio Jaguaribe, com propriedades em média de 147,6 hectares; o sertão centro-norte com 139,9 e a zona do sertão central, com 135,4 hectares.

No sertão central, a área cultivada passou de 6,1%, que era em 1950, a 12,7% em 1960. No sertão centro-norte, de 6,1% a 10,4%. E, no sertão sudoeste, de 4,8% a 8,7%.

Foi mínimo o crescimento da área cultivada no sertão do Médio Jaguaribe: 3,3% em 1950 e 4,9% em 1960.

Em relação às zonas especialmente de lavoura, a de Baturité cultivava 15,5% de sua área ocupada em 1950, chegando a 27,7% em 1960. Esta zona é bem melhor servida de transportes do que a da Ibiapaba, onde a área cultivada subiu apenas entre um e outro Censo de 9,6% para 12,4%.

DISTRIBUIÇÃO DO GADO E DA LAVOURA

No Sertão Pastoril

O sertão pastoril, pròpriamente dito, no Ceará abrange as zonas fisiográficas do sertão central, sertão centro-norte, sertão do sudoeste e do Médio Jaguaribe, dominando uma área de 71.876 km², 48,5% do território cearense, e mantém uma população cuja densidade é 12,8 habitantes por quilômetro quadrado.

Conforme os últimos dados censitários, as zonas pastoris em referência criavam 52,9% do gado bovino recenseado em 1960, contra 50,6% apurados em 1950. Ainda neste censo, verificou-se que 33,6% da área da região eram cobertos de pastagens, enquanto 5,2% constituíam área dedicada à lavoura. Em 1960, quase duplicou a área de lavoura, que passou a 10,2%.

Em números absolutos, as quatro zonas pastoris, cujos limites abrangem a vasta extensão interior dos sertões mais secos do Ceará, a que se pode denominar "Polígono do Gado", criavam, em 1950, 600.073 bovinos, alcançando em 1960 um total de 709.819 cabeças. Foi assim muito lento o crescimento da pecuária na região, aliás marcada por três sêcas totais, a saber: em 1951, 1952 e 1958.

Convém considerar que a expansão da área cultivada nas quatro zonas verificou-se na seguinte ordem: a área de lavoura, que era, em 1950, 280.720 hectares, passou a ocupar, em 1960, 591.305 hectares em números absolutos, o que vale dizer que a expansão da sua área cultivada se deu num ritmo de 31.058 hectares por ano.

Nas zonas mistas predominantemente agrícolas

As zonas em que predomina a lavoura sôbre a criação são menos sêcas, e abrangem o litoral, o Baixo Jaguaribe, o sertão do Salgado e Alto Jaguaribe e as Zonas do Araripe,

do Pereiro e do Cariri, medindo uma área de 63.619 km², 43% do território do Estado, a mantêm uma população cuja densidade é de 30,7 habitantes por quilômetro quadrado.

Estas zonas criam 40,8% do gado bovino no Ceará. Sua área de lavoura representa 53% da área cultivada em todo o Estado. A área de pastagens correspondia, em 1950, a 17,1% da área das seis zonas mencionadas. A área de lavoura ocupava então 11,1% da região, logrando considerável expansão em 1960, quando a superfície cultivada atingiu a 18,4% da área das seis zonas.

Em números absolutos, as zonas em que predominava a atividade da lavoura sôbre a criação criavam, em 1950, 524.288 bovinos, passando, em 1960, a 548.345 cabeças.

Consideradas percentualmente em relação aos totais do Estado, estas zonas criavam, em 1950, 44,2% do rebanho total, baixando, em 1960, a 40,8%.

Zonas especialmente agrícolas

Nas zonas especialmente de lavoura, assim consideradas a de Baturité e a da Ibiapaba, que cobrem uma superfície de 12.521 quilômetros quadrados, 8,5% da área territorial do Ceará, mantendo mais densa população, 36,4 habitantes por quilômetro quadrado, observa-se que a área cultivada passou de 15,5%, em 1950, a 27,7% em 1960. A área de pastagens sempre foi muito reduzida, 11% em 1950. Conseqüentemente o gado bovino nela criado era, em 1950, 61.963 cabeças, 5,2% do total no Estado, chegando, em 1960, a 6,3%, 85.152 bovinos, em números absolutos.

Área cultivada por pessoa ocupada

A área cultivada por pessoa ocupada atesta o esfôrço de trabalho e é sinal de adaptação ativa do homem e de desenvolvimento agropecuário no meio rural. É o diagnóstico favorável se crescente a área cultivada por pessoa ocupada.

Em 1950, o Ceará apresentava 1,7 hectares cultivados por pessoa ocupada, passando, em 1960, a 2 hectares. Esta média do Ceará está acima da média para o Nordeste (1,5 hectares), bem assim, de todos os Estados da Região, com exceção do Rio Grande do Norte, 2,1. Está mesmo acima da Bahia (1,2) e de Minas Gerais (1,8).

Considere-se, todavia, que êste esfôrço de trabalho é nìmiamente braçal, estóico, pois, o mesmo censo de 1960 mostra que o Ceará tem, comparativamente às regiões brasileiras, o menor número de tratores por mil hectares cultivados, bem assim de arados: 0,2 tratores e 0,8 arados; enquanto o Nordeste tinha 0,3 e 2,2, o País todo tinha 2,1 e 34,7 tratores e arados respectivamente por 1.000 hectares cultivados. O Sul tinha 3,8 e 67,2. Tôdas as regiões mantinham, em geral, cifras relativamente acima do Ceará.

Em tôdas as zonas fisiográficas cearenses aumentou de 1950 a 1960 a área cultivada por pessoa ocupada.

O aumento foi além da média para todo o Estado nas seguintes zonas: na zona do sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, 2,5 em 1950, para 2,8 em 1960, zona de Baturité, 1,5 para 2,4, zona do Pereiro, 2,6 para 2,8, zona do sertão central, 2,2 para 2,3, zona do sertão do sudoeste, 2,3 para 2,7, zona do Araripe, 1,9 para 2,3.

Em relação ao gado bovino, a percentagem dos efetivos criados apenas obteve sensível aumento na zona do sertão central: 13,7 em 1950; 16,5% em 1960.

Isto indica que o Ceará deverá mudar os seus métodos de criação, adaptando a sua pecuária a um regime semi-intensivo, o que requer o cultivo de plantas forrageiras, o manejo racional das culturas e seu aproveitamento racional pelos rebanhos criados.

Criação em pequena escala

O Censo de 1960 revela que o Ceará mantinha então 1.343.316 bovinos, distribuídos em 58.896 estabelecimentos de criação, contra 1.160.771 em 1950.

A média de bovinos por estabelecimento de criação era 22,8 no último Censo, tendo sido bem maior em 1950, 25,4.

Considerando-se esta relação nas zonas predominantemente pastoris, observa-se que havia no último Censo 28,8 bovinos por estabelecimento. As zonas em que predomina a lavoura sôbre a criação mantinham 19 bovinos, e as especialmente dedicadas à lavoura 15,8 por cada imóvel agrário.

Com a expansão da área cultivada, a criação tende a melhor se distribuir no Estado, reduzindo-se, porém, a pequenos núcleos de rebanhos criados em pequena escala. A divisão do gado acompanha o ritmo da subdivisão da terra.

É claro que, onde as possibilidades de cultivo são nulas ou escassos os recursos de pastagens, a subdivisão da terra poderá liquidar com a tradicional fazenda de gado. O loteamento agrário terá que respeitar as condições ecológicas de solo, clima, o destino da terra segundo a sua natureza e vocação especial. Um sistema de loteamento mui estreito poderá liquidar com a pecuária de uma região. Todavia, impõe-se no Ceará a mudança de métodos de criar, encaminhando-se a criação em geral para um regime semi-intensivo. O impositivo resulta das próprias condições estruturais vigentes. Considere-se que, em 1960, 95,9% dos estabelecimentos, em números absolutos, 56.497, criavam abaixo de 100 cabeças de gado bovino, numa média aproximadamente de 15 cabeças por estabelecimento dêste grupo. Êstes pequenos criadores de rebanhos abaixo de 100 cabeças criavam 64,5% do rebanho cearense.

O grupo dos fazendeiros acima de 100 até 500 cabeças era em número de 2.292 estabelecimentos, 3,9%, possuindo os criadores assim enquadrados 29,4% dos bovinos então recenseados no Ceará.

Apenas 107 fazendas, representando 0,2% dos estabelecimentos, criavam mais de 500 cabeças, 6,1% do rebanho.

Convém considerar que esta característica é dominante em tôda a Região-Nordeste, onde 96% dos criadores criam abaixo de 100 cabeças, numa média de 20,8 cabeças por estabelecimento, possuem os dêste grupo 60,4% do rebanho nordestino.

Necessidade de uma nova política para o fomento da criação

Pode-se concluir que, sendo os rebanhos de gado bovino no Nordeste criados, em seu maior número, por uma altíssima maioria de pequenos criadores, os quais têm incontestàvelmente muito baixa capacidade aquisitiva, e dependendo o desenvolvimento do criatório no Nordeste sêco de maciços investimentos, não pode a maioria dos criadores só por si mesmos aumentar e melhorar o seu gado.

O melhoramento depende da aquisição de bons reprodutores e o material biológico está retido em mãos de poucos. A política governamental, ao contrário, tem concorrido para uma fictícia valorização do boi, reforçando os monopólios das

vendas de reprodutores particulares, quando não, a especulação exacerbada por ocasião das próprias exposições pecuárias.

Por outro lado, maiores e melhores investimentos se impõem para que êstes pequenos criadores possam construir aguadas, cultivar e dividir os pastos, beneficiar e conservar as forragens e aumentar a oferta destas, solucionando o maior problema do criatório no Nordeste, que é a produção de alimentos para os gados.

A supervalorização do boi contribui, por outro lado, para manter a capacidade ociosa de muitas terras, cujos pastos não podem ser aproveitados em virtude de não disporem os seus proprietários de capitais para adquirirem rebanhos próprios para aproveitá-los.

À falta de uma verdadeira política agrária de sentido cooperativista é que verificamos uma quase paralisação das atividades pecuárias no Nordeste, especialmente no Ceará.

Em que consiste esta paralisação? Os resultados das medidas censitárias confirmam sobejamente. Como já foi relatado, as zonas pastoris cearenses que, em 1950, criavam 50,6% do gado bovino alcançaram, em 1960, apenas 52,9% do total.

Nas zonas predominantemente de lavoura verifica-se uma sensível baixa em relação ao crescimento geral. Em 1950 os seus rebanhos representavam 44,2%, descendo em 1960 a 40,8%.

Conclui-se que não houve ali manejo adequado, nem aproveitamento racional dos recursos de forragens naturais e secundárias, a saber, das sobras dos roçados que constituem um substancial alento para o regime intensivo de criar.

Não temos ainda em mãos, para interpretar, uma vez que não foram ainda publicados, por incrível demora, os dados censitários completos referentes à pecuária recenseada em 1960, de modo a positivar a sua distribuição mais atualizada.

Em se tratando, porém, de elementos estruturais, podemos, à falta dos mais recentes dados, recorrer aos do censo anterior, pois não terá sido grande a alteração. E assim, mirando os resultados do Censo de 1950, verificamos que os efetivos de 1.160.771 bovinos, então criados no Ceará, estavam assim distribuídos: 10,7% nos estabelecimentos de lavoura; 54,6% nos de exploração mista e 34,3% nos estabelecimentos essencialmente pastoris.

Área disponível para os rebanhos

Considerando a distribuição do gado nos estabelecimentos conforme os respectivos grupos em hectares, verifica-se que os pequenos criadores com terras abaixo de 50 hectares criavam em média de 7 a 13 cabeças por estabelecimento, havendo uma área disponível de menos de 1 a 3,7 hectares por cabeça de gado.

As propriedades com área de 50 a 500 hectares mantinham em média de 20 a 45 cabeças por estabelecimento, dispondo de 2,5 a 11 hectares de terras por cabeça de gado bovino. Até aqui, nos dois grupos referidos, é predominante a lavoura sôbre a criação.

Os estabelecimentos predominantemente pastoris, compreendendo terras acima de 500 hectares, até 5.000, mantinham em média 160 cabeças, havendo cêrca de 12 a 31 hectares disponíveis para cada bovino. Finalmente, as grandes fazendas, essencialmente pastoris, mantinham efetivos em média acima de 250 cabeças, havendo disponíveis de 25 a 50 hectares para cada rês.

Existência de capacidade ociosa

Conclui-se, e não se pode negar, a existência de capacidade ociosa, mesmo considerando as condições naturais das grandes fazendas de criar no Ceará.

Há quem disponha de muito pasto e poucos rebanhos. Há quem, vivendo mais do comércio do que da criação de gado, não tenha onde criar.

Devemos, sobretudo, considerar que um melhoramento de aguadas e pastos e um investimento do crédito bancário com planejamento regional para êste fim, adotando-se processo de zoneamento prioritário, organizados os criadores em sistemas cooperativistas ou associativistas, poder-se-iam duplicar ou mesmo triplicar os rebanhos criados no Ceará.

Aspectos da criação em pequena escala

A análise que fizemos, a partir do Censo de 1950, revela que prevalece em relação a tôdas as espécies criadas no Estado a criação em pequena escala. Assim, desde então, eram criadas em pequena escala 51% do gado bovino, 56% dos ovinos, 61% dos caprinos, 65% dos suínos e 69% das aves.

A criação em pequena escala parece crescer na razão direta das possibilidades de ocupação do homem e de sua família, relacionados com a sua capacidade para adquirir os animais de espécie explorada e exigências do trabalhador no tocante à nutrição, sendo menor em relação ao gado bovino, maior no ovino, mais forte em relação aos caprinos e mais nos suínos, atingindo o máximo em relação às aves.

Fenômeno de ordem inversa acontece em relação à exploração em grande escala que é maior no gado bovino, menor nos ovinos, mais fraca nos caprinos, menor nos suínos, sendo mínima em relação às aves.

A criação do gado miúdo é tìpicamente de subsistência, podendo ser considerada realmente doméstica em relação a suínos e aves.

O gado caprino, com a expansão da área da lavoura, tenderia a ser repelido. Todavia, em face da agricultura proletária, vem sendo suportado como um mal necessário, uma vez que, embora depredador das culturas, é uma fonte mais franca e acessível, fornecedora da proteína animal para o agricultor pobre, indispensável ao alimento completo do trabalhador. O referido Censo encontrou no Ceará 1.050.946 caprinos, 58% distribuídos nos estabelecimentos mistos de lavoura e de criação; 13% nos de lavoura e 28% nos essencialmente pastoris.

Verificou-se ainda que havia então nos estabelecimentos especialmente dedicados à lavoura maior percentagem de caprinos criados (13%), mais do que de bovinos (11%).

O caprino vem sendo criado no Ceará como um impositivo, como uma exigência da alimentação do trabalhador rural. A cabra tem sido sempre considerada como a vaca do pobre. Dêste modo, constatou-se ainda que 61% dos caprinos existentes no Estado são criados em estabelecimentos caracterizados como de exploração da terra em pequena escala.

(continua)